

Portugueses no Pacífico

(Século XVI)

JORGE BAPTISTA BRUXO*, LEONOR DIAZ DE SEABRA**, LURDES ESCALEIRA***

RESUMO: No século XVI o Pacífico ficou marcado pelo aparecimento e acção dos portugueses que aí passaram a intervir nos domínios mercantil, cultural e religioso, concorrendo com os muçulmanos que antes monopolizavam esse tráfico comercial, o proselitismo religioso e a influência cultural. As viagens oficiais dos portugueses no Pacífico começaram em 1508, com o envio da primeira expedição a Malaca, tendo os portugueses percorrido as costas marítimas de, praticamente, todos os territórios orientais banhados por esse oceano. Afloram-se alguns aspectos históricos da presença dos portugueses em Malaca e na adjacente ilha de Samatra. E também a sua presença em Timor e nas ilhas Molucas em busca de produtos exóticos, como o sândalo e o âmbar, ou de especiarias raras como o cravo, a maçã e a noz-moscada. Centralidade adquire neste artigo a parte relacionada com a viagem de circum-navegação idealizada e em grande parte comandada por Fernão de Magalhães, português que ao serviço da Coroa Espanhola realizou esse feito, descobrindo uma nova rota marítima, trazendo para a órbita espanhola as Filipinas e aduzindo argumentos favoráveis a Madrid naquilo que ficou conhecido como “questão das Molucas”. Desta histórica viagem estão ora a ser celebradas Comemorações do respectivo Quinto Centenário promovidas pelos dois Estados Ibéricos.

PALAVRAS-CHAVE: Oceano Pacífico; Fernão de Magalhães; Viagem de circum-navegação; Questão das Molucas.

* Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluiu o mestrado em Língua e Cultura Portuguesas na Universidade de Macau, tendo sido docente do Instituto Politécnico de Macau. Publicou, como autor ou co-autor, vários artigos e livros, como *Padre Joaquim Guerra, uma Biografia Intelectual* (2004) e *Portugueses no Oriente: uma narrativa dos séculos XV a XIX* (2017).

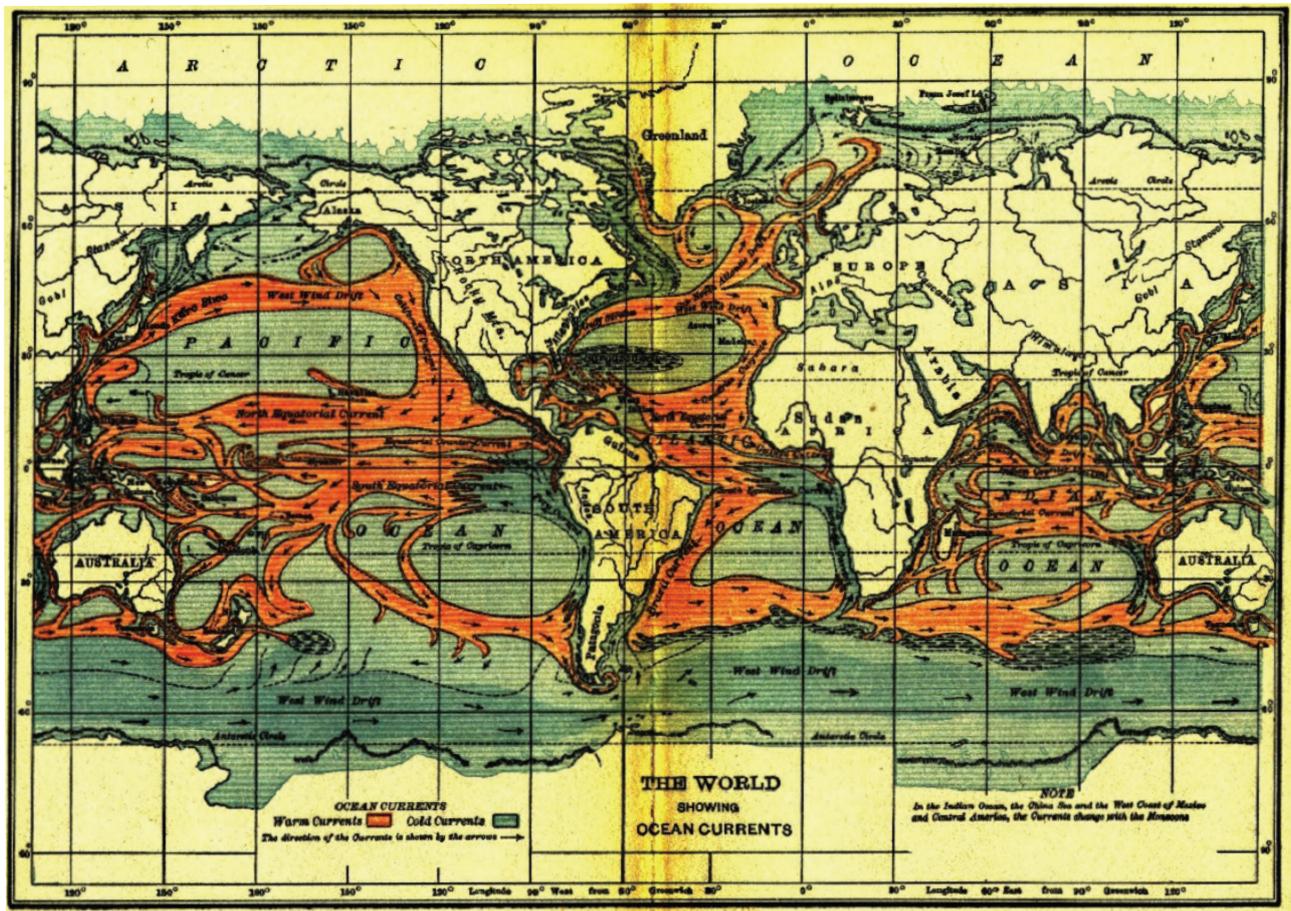
Graduated in Law from the University of Lisbon, Master in Portuguese Language and Culture from the University of Macao, having been part of the academic staff in Macao Polytechnic Institute. He authored and co-authored several articles and books, namely Padre Joaquim Guerra, uma Biografia Intelectual (2004) and Portugueses no Oriente: uma narrativa dos séculos XV a XIX (2017).

** Licenciada em História pela Universidade do Porto, tem o mestrado em Estudos Luso-Asiáticos pela Universidade de Macau com a dissertação “*As Relações de Macau com o Sião*” e o Doutoramento na Universidade do Porto com uma tese intitulada “*A Misericórdia de Macau (séculos XVI a XIX): Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio*”, sendo actualmente docente da Universidade de Macau e do Instituto Politécnico de Macau. É autora e co-autora de vários artigos publicados em Macau, Portugal, Brasil, Espanha, etc.

Bachelor in History from the University of Porto and a Master's degree in Luso-Asian Studies from the University of Macao with the thesis “As Relações de Macau com o Sião” and a Doctoral degree from the University of Porto with a thesis entitled “A Misericórdia de Macau (séculos XVI a XIX): Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio”, being a current lecturer at the University of Macao and the Polytechnic Institute of Macao. She is author and co-author of various articles published in Macao, Portugal, Brazil, Spain, etc.

*** Licenciada em Filosofia pela Universidade do Porto. Licenciada e Mestre em Administração Pública pela Universidade de Macau. Obteve o doutoramento na Universidade do Porto com a dissertação *Ensino da Tradução em Macau: dos currícula propostos à realidade de Mercado*, publicada em Macau em 2012. É autora e co-autora de vários artigos publicados em Portugal, Macau, Brasil e Índia e co-autora da obra *Portugueses no Oriente: uma narrativa dos séculos XV a XIX* (2017).

Bachelor in Philosophy by the University of Porto. BA and Master in Public Administration by the University of Macao. She obtained a Doctorate from the University of Porto with the thesis Ensino da Tradução em Macau: dos currícula propostos à realidade de Mercado, published in Macao in 2012. She is author and co-author of various articles published in Portugal, Macao, Brazil and India, and co-author of the work Portugueses no Oriente: uma narrativa dos séculos XV a XIX (2017).



Correntes Oceánicas: Um dos obstáculos vencidos por Magalhães. *Physiography for High Schools* by Albert L. Arey, Frank L. Bryant, William W. Clendenin and William T. Morrey, USA: 1911.

Nota de Introdução

Neste tempo em que se celebra o pentacentenário da primeira viagem de circum-navegação, realizada entre 1519 e 1522, em grande parte capitaneada por Fernão de Magalhães, português então ao serviço da Coroa Castelhana, parece oportuno, em modo de participação nessas comemorações, deixarmos na *Revista de Cultura* algumas linhas relacionadas com a presença dos portugueses no Pacífico durante o século XVI, nomeadamente na Malaca Portuguesa, nos feitos de Fernão de Magalhães e na Insulíndia¹.

As viagens oficiais dos portugueses no Pacífico começaram em 1508, quando foi enviada a primeira expedição a Malaca, com o fim de estabelecerem contactos político-mercantis e aí edificarem a primeira

feitoria portuguesa no Extremo Oriente. As negociações com o sultão de Malaca até resultaram bem, mas fruto de intrigas dos *guzerates*, os navios portugueses tiveram de zarpar, abandonando alguns compatriotas que foram feitos prisioneiros. Em 1510, D. Manuel I enviou nova expedição a Malaca, tendo Albuquerque assumido o comando da força destinada a alcançar esse objectivo. Após a conquista de Malaca, em 1511, os portugueses instalaram-se na cidade, donde partiram à procura de riquezas em terras mais para o Oriente, entrando no oceano que haveria de ser chamado Pacífico. A partir daí, percorreram as costas marítimas de praticamente todos os países orientais, nomeadamente cruzando os mares da Insulíndia, os quais compreendem as ilhas

HISTORIOGRAFIA

da actual Indonésia, Timor, Ternate e Tidore. Nesta altura, também ocorreram os primeiros contactos de comerciantes e missionários ibéricos com os reinos de Lan Xang (Laos), Ayuthia (Tailândia), Império do Meio (China) e País do Sol Nascente ou Nippon (Japão), entre outros. Por outro lado, é quase certo que os portugueses visitaram a Austrália, mas não podemos falar de descobrimento, havendo, no entanto, quem atribua esse feito a Cristóvão de Mendonça e Gomes de Sequeira. Sabe-se hoje que vários marinheiros e aventureiros portugueses, tanto ao serviço de Portugal como de Espanha, e alguns actuando por conta própria por aí andaram.

Malaca, Porta do Pacífico, nos confins dos mares indianos, situada no estreito do mesmo nome, na costa ocidental da península malaia e frente à ilha de Samatra, houvera surgido como uma das mais poderosas metrópoles do Oceano Índico. O seu aparecimento alterou profundamente os circuitos comerciais, centralizando, num só mercado, produções do Extremo Oriente, da Índia e do Mundo Ocidental.

Malaca começou por ser uma pequena aldeia piscatória que, durante o séc. XIV, ganhou importância pela sua privilegiada posição geográfica e poder garantir a segurança da navegação. Fundada como cidade-estado hindú, em 1403, por Parameswara, transformou-se depois num sultanato muçulmano.

A primeira referência a Malaca, em documentos portugueses, consta do anexo ao Roteiro da Viagem de Vasco da Gama, presumivelmente escrito por Álvaro Velho, um dos marinheiros dessa expedição marítima. Como se referiu a cidade era um centro de comércio cuja actividade se concentrava perto da embocadura do rio, onde se encontravam as mercadorias estrangeiras, que eram descarregadas e armazenadas nos entrepostos, os *gudões*. Cada nação ocupava um bairro, *kampung*, que se encontrava sob a responsabilidade e a jurisdição de um *xabandar*², chefe do porto, escolhido pelos seus compatriotas

e que representava os seus interesses. O grande comércio era pormenorizadamente regulamentado.

Com o progresso dos turcos, nos séculos XIV e XV, a rota da Ásia Central tornou-se mais difícil e a rota marítima do Oceano Índico, bem conhecida dos árabes desde os séculos X e XI, foi aproveitada. A esta tendência estritamente ligada à conjuntura euro-asiática juntou-se a abertura da rota do Pacífico, em 1521, por Fernão de Magalhães. Manila tornou-se, depois, o lugar privilegiado das trocas comerciais entre o Antigo e o Novo Mundo: era a moeda mexicana, a prata das minas de Potosi, que ia para os mercados chineses, assim como as novas plantas da América, que, pouco a pouco, revolucionaram a agricultura da Ásia Oriental. Com a intensificação generalizada das trocas comerciais, novas rotas surgiram e, na periferia de algumas cidades agrárias, desenvolveram-se novos bairros onde os comerciantes se fixaram. O uso generalizado da moeda deu origem ao aparecimento de grandes fortunas. Surgiram, então, três redes mercantis concorrentes entre si: a rede chinesa, a rede muçulmana e, por último, a rede cristã. A mais antiga era a rede chinesa, pois desde a época dos Song (960–1279), pelo menos, os mercadores das províncias de Fujian (Fukien) e de Guangdong (Cantão), no Sul da China, interessaram-se pelo comércio dos Mares do sul, negociando com a Ásia do Sudeste. Desde o séc. XIII foram assinaladas pequenas comunidades permanentes em Angkor, por exemplo, e, no séc. XIV em Gresik, na Java Oriental, mas o movimento de emigração aumentou nos começos do séc. XV, com as sete grandes expedições do almirante chinês Zheng He. Paralelamente a esta assistiu-se ao rápido desenvolvimento da rede muçulmana, sem haver exclusão da rede chinesa, porque, muitas vezes, no começo os mercadores chineses eram oriundos das antigas comunidades islamizadas de Cantão (séc. IX) ou de Quanzhou (séc. XI). Os mercadores muçulmanos eram simultaneamente missionários, que traziam consigo a nova religião, o Islão. Entre eles foram particularmente importantes os *tarekatou turuk*³,

HISTORIOGRAPHY

que aí se foram estabelecendo com a sua clientela. Com o aparecimento desta rede surgiu também outra organização política: o sultanato. A sua máquina administrativa compunha-se, nomeadamente, de: o *bendara*⁴, o *laxemana*⁵, o *timbangão*⁶ e o *xabandar*.

Com o islamismo, deu-se a passagem de uma sociedade de influência hindu, mais estratificada, para uma sociedade mais igualitária, mas com a criação das cidades portuárias apareceu uma pequena oligarquia, os *orancaias* (grandes mercadores), que, em alguns períodos chegaram a tomar o poder político.

A rede cristã era constituída por três sub-redes: portuguesa (Malaca, Macau, Timor, Solor, Ternate); espanhola (Manila — Filipinas); e holandesa (mais dispersa: Macassar e Banten). A portuguesa teve, no século XVI uma maior abrangência nesta região da Ásia, com a preocupação de difundir a língua, a cultura e a religião; a espanhola teve principalmente preocupações mercantis e de missionação religiosa; a holandesa não pretendia espalhar o protestantismo, nem difundir a língua e a cultura, mas apenas controlar o comércio e obter bons lucros.

As redes marítimas que se cruzavam em Malaca dominavam o Oceano Índico, desde o Mar Vermelho e Golfo Pérsico até aos arquipélagos das Léquias (ilhas Ryukyu), Filipinas e Molucas, no Oceano Pacífico.

O principal papel das comunidades estrangeiras, fixadas no porto, era a de actuarem como intermediários entre Malaca e o seu próprio país de origem. A colónia mais poderosa, nesta época, era a dos *guzerates*, que parece terem tido um papel importante na islamização da região. Os *quelins*⁷, da Costa do Coromandel, eram quase tão numerosos como os anteriores, talvez até mais ricos, mas menos influentes, ocupando o segundo lugar entre as colónias estrangeiras. Os javaneses formavam a colónia mais numerosa, constituída por pequenos comerciantes, artífices, vendedores, pescadores, marinheiros, e, ainda, escravos do sultão. Os chineses também eram numerosos e muito influentes em Malaca, pelo menos desde as expedições da frota do almirante Zheng He, entre 1405 e 1435.

Com a ascensão de Malaca a empório comercial, no Oriente, os chineses abandonaram Quíloa e Calicute, preferindo usar Malaca como entreposto comercial, para o comércio das especiarias e dos produtos do Ocidente. O *xabandar* chinês tinha jurisdição sobre os mercadores de Champá, Camboja, Tonquim, ilhas Ryukyu e Chinceu. Existia uma pequena comunidade de *luções*, das Filipinas, especialmente ligados ao comércio do Mar da China. Temos ainda os *bengalis*, que eram numerosos, mas pobres. Os *peguanos*, igualmente numerosos, eram marinheiros, na sua maioria. Há também referências a arménios e/ou nestorianos, cristãos cismáticos da Mesopotâmia. Havia, ainda, alguns judeus: uns, eram brancos, vinham do Próximo Oriente, pela rota do Mar Vermelho; outros, eram negros, vinham do Malabar, onde existiam comunidades judaicas desde a primeira centúria da era cristã.

Aqueles que não eram donos de barcos podiam participar no comércio marítimo, alugando compartimentos, *peitacas*⁸, nos juncos de outros mercadores. Este sistema, que continuou após a conquista portuguesa, tinha vantagens, quer no aspecto financeiro, quer social: por um lado, garantia a acumulação de pequenas economias e o seu investimento no comércio marítimo; por outro lado, permitia que, com menos recursos, pudessem participar nos benefícios do comércio. A política oficial do sultanato era a de favorecer o estabelecimento de comerciantes estrangeiros na cidade e, por isso, os mercadores residentes e os que tinham os familiares em Malaca beneficiavam de uma redução de 50% nos direitos de importação, pagando 3% em vez dos 6% pagos pelos barcos estrangeiros. Os portugueses continuaram com esta política, após a conquista da cidade. Pelo menos durante a primeira metade do séc. XVI, a política portuguesa, tal como a do sultanato, era a de um maior desenvolvimento das comunidades de mercadores estrangeiros. Uma das razões desta política terá sido de ordem económica e fiscal: a subida do número de mercadores significava um maior volume de

HISTORIOGRAFIA

comércio e, conseqüentemente, o aumento das receitas públicas, através das suas alfândegas; outra, de ordem económica, para atrair novos colonos e, com eles, novos capitais. Uma outra razão — a principal, segundo alguns — teria sido de ordem sócio-cultural: o saber dos estrangeiros aqui residentes, o seu conhecimento dos mercados, das condições políticas dos seus países de origem, a confiança que eles detinham entre os seus compatriotas. Há ainda a considerar a importância da solidariedade religiosa entre os mercadores.

Com a conquista de Malaca pelos portugueses, em 1511, um novo grupo apareceu: os casados, que eram soldados portugueses casados com mulheres locais. Eram bem vistos pela Cidade-Estado que dava dotes às esposas e aos maridos propriedades confiscadas aos muçulmanos. Em caso de guerra, estes casados participavam na defesa de Malaca com os seus escravos e a sua clientela, tal como o faziam anteriormente os *orancaias*, isto é, os ricos mercadores do sultanato. Em tempo de paz, dedicavam-se ao comércio, mas tinham de pagar 10% de direitos aduaneiros. Àqueles juntaram-se os mestiços, provenientes de uniões com asiáticas. Estes casados tomaram parte activa no comércio de cabotagem, visto não serem bem aceites no comércio de longo curso, somente partilhado pela coroa com a nobreza. A partir de 1550 estabeleceram-se em Malaca várias ordens religiosas, desenvolvendo a evangelização e, em consequência, aumentou o número de cristãos indígenas, recrutados, sobretudo, entre os *quelins* e os chineses; e, embora os cristãos fossem sempre minoritários, as igrejas cristãs procuraram converter os *kampung* de quase todas as comunidades.

Malaca acelerou o desenvolvimento da presença portuguesa no Pacífico. Foi em Malaca que os portugueses muito contactaram com malaio, chineses e javaneses. Também foi a partir de Malaca que os portugueses passaram a participar no comércio regional, não só dos produtos altamente lucrativos, como o ouro, a prata e as especiarias, mas também no comércio, pouco lucrativo, mas indispensável, arroz, vegetais e outros produtos alimentares. A língua portuguesa, a pouco

e pouco, afirmou-se como língua do comércio internacional nos mares da Ásia, tendo os portugueses introduzido nas línguas locais milhares de palavras lusas, nomeadamente no malaio e no japonês. Ao lado da navegação e do comércio oficiais, desenvolveu-se uma intensa actividade levada a cabo por aventureiros e marginais. Esta actividade, que não pode ser desligada da política e dos feitos militares, integra-se naquilo que se começou a denominar como Império Sombra. O comércio desenvolvia-se em duas dimensões: comércio de curta distância e comércio de longa distância. Este último era, por exemplo, o que se realizava com a Índia ou com a Europa. O comércio local tinha a ver com a China, Japão, Filipinas, Indonésia e Molucas. Este comércio local era feito, muitas vezes, em colaboração com mercadores locais, umas vezes actuando dentro da lei, mas muitas vezes também à margem desta.

Progressivamente acentuou-se a decadência de Malaca no comércio à distância, o que em grande parte se deveu ao crescente desenvolvimento dos portos de Achém, Johor, Patane e Sunda, para onde uma parte dos navios mercantis vinha sendo desviada, em grande parte por acção dos *guzerates* e dos descendentes do anterior sultão de Malaca e seus sucessores. Acontece que Malaca sofreu vários ataques e cercos, nomeadamente os de 1568 e 1572. Foi nessa data que terminaram as rotas de Banda (noz-moscada e maça) e de Sunda, que eram das viagens mais lucrativas para Malaca. Também o comércio com as Molucas foi muito afectado. Mas, os javaneses ajudaram a suprir os fornecimentos de especiarias, embora se acentuasse o comércio privado e diminuísse muito o volume do comércio oficial. As receitas da coroa diminuíram, mas as receitas do capitão de Malaca aumentavam. Os conflitos internos, nomeadamente entre o Capitão e a Câmara aumentaram, por causa do controlo administrativo dos tráfegos. Nos fins do séc. XVI havia sinais de decadência, que alguns testemunhos coevos parece terem exagerado. Malaca continuava sendo um porto muito movimentado, mas não dispunha de nenhum estaleiro de construção e reparação naval,

HISTORIOGRAPHY

situação que não é entendível. A decadência de Malaca acentuou-se com a chegada dos holandeses ao Sudeste Asiático, com a intervenção dos capitães no comércio marítimo, que afectou a livre concorrência, e com a má fama que os portugueses foram criando. Em 1641 os holandeses ocuparam Malaca.

A ilha de Samatra, bem perto de Malaca, desempenhou papéis relevantes relativamente à presença portuguesa naquela região, não só pelas relações comerciais, mas sobretudo pela importância das alianças ou desavenças com os poderes aí instalados e do seu contributo para a segurança da navegação no estreito de Malaca e defesa da cidade contra os ataques externos.

Samatra estava balcanizada em mais de trinta pequenos estados, uns agrários, mais no interior, outros mercantis, na orla marítima, alguns islamizados, outros marcados pelo hinduísmo e ainda pelo animismo. Entre esses estados referem-se o sultanato de Achém, Batak, Minangkabeu, Pedir, Pacém e Aruí. Alguns destes Estados eram vassallos de Malaca e essa situação manteve-se, com altos e baixos, durante a dominação portuguesa. O estudo das relações luso-samatras deve distinguir claramente a empresa oficial da iniciativa privada, portuguesa e luso-asiática. Em Samatra, o falhanço da primeira foi quase directamente proporcional ao sucesso da outra, conquanto nenhuma delas tenha introduzido mudanças notórias na geografia política e comercial da ilha. O primeiro contacto oficial dos portugueses com Samatra ocorreu em Setembro de 1509, quando os navios comandados por Diogo Lopes de Sequeira, antes de alcançarem Malaca, aportaram em Pedir e Pacém, no Norte da ilha. Dois anos mais tarde, a armada comandada por Afonso de Albuquerque antes de chegar a Malaca também fez escala em Pedir e encontrou comerciantes portugueses aí estabelecidos que tinham pertencido à expedição de Diogo Lopes de Sequeira e, após se libertarem da detenção em Malaca, passaram a dedicar-se ao comércio privado. Logo após a conquista de Malaca, uma das primeiras preocupações de Albuquerque foi o envio de embaixadas a vários reinos e sultanatos de Samatra com vista a manter as

anteriores relações de suserania e garantir a indispensável continuação do fornecimento de géneros alimentícios, de que Malaca tanto carecia. De facto, embora fossem diversificadas as fontes de abastecimento de produtos alimentares, o certo é que a distância e o preço justificaram esta preferência. Mas o comércio de outros produtos era importante, nomeadamente ouro, madeira, resinas e pimenta. Em 1516, os portugueses acabaram por instalar uma feitoria em Pacém, no Norte de Samatra, tendo D. Manuel I nomeado como feitor o florentino Giovanni da Empoli, um rico e experimentado mercador com conhecimentos, prestígio e capital que podia assegurar as condições necessárias ao estabelecimento do comércio oficial entre Malaca e o Sul da China. A instabilidade



Fernão de Magalhães. Portugal, Torre do Tombo, SNI, Arq. Fotográfico, n.º 53058.

HISTORIOGRAFIA

do sultanato e a política do então capitão de Malaca, Jorge de Brito, não facilitaram a acção de Empoli, tendo a feitoria encerrado ainda nos finais desse mesmo ano de 1516. Apesar disso, o comércio oficial com Malaca manteve-se e, entre 1521 e 1523, foi mesmo instalada uma fortaleza militar em Pacém, com o duplo objectivo de apoiar o comércio oficial e combater a iniciativa privada portuguesa, que actuava não só à margem, mas contra os interesses das autoridades portuguesas de Malaca. A fortaleza de Pacém foi erigida por Jorge de Albuquerque em 1523, após um breve cerco das forças aristocráticas locais, que então venceram a guerra civil que aí grassava. Achém desenvolveu numa política expansionista, a partir da segunda década de quinhentos. O sultão de Achém, ou melhor, os vários sultões ao longo deste séc. XVI, alargaram o território, procuraram controlar o comércio da pimenta samatrense e desenvolveram uma política oscilante, quer com Malaca quer mesmo com Goa: ora eram aliados, ora eram inimigos. Malaca foi atacada em 1537 e 1547. As naus portuguesas eram objectivo do curso de Achém. Por isso, em várias ocasiões foi defendida a sua conquista, tendo apresentado projectos nesse sentido várias personalidades, como o bispo de Malaca, D. João Ribeiro Gaio, Jorge de Lemos e o florentino Filippo Sassetti. Os primeiros anos do séc. XVII caracterizaram-se como tempos pacíficos nas relações oficiais entre portugueses e *achéns*, mas, em 1606, os *achéns* atacaram Malaca. De Goa veio auxílio, tendo a expedição sido comandada pelo próprio vice-rei Martim Afonso do Castro, que invadiu o Achém e sofreu uma pesada derrota militar. Apesar disso, a presença dos portugueses no Norte de Samatra continuou a verificar-se e o novo sultão parecia querer fazer as pazes com Malaca. Em 1629, contudo, os *achéns* voltaram a atacar Malaca, tendo sido derrotados. Apesar destes episódios bélicos a comunidade mercantil dos portugueses em Achém continuou a desenvolver-se e a enriquecer, praticando tanto o comércio local e regional, como também com portos do Coromandel e outros a grande distância.

Os portugueses promoveram a edificação de fortalezas nas Maldivas, em Samatra e nas Molucas, nomeadamente em Ternate, onde terão chegado em 1512 e se estabeleceram de 1522 a 1575, construindo o forte de São João Baptista. Em Amboína estiveram de 1576 a 1605. Em Tidore instalaram-se em 1578, tendo daí sido desalojados pelos holandeses, em 1605. Segundo o cronista António Galvão, Gomes de Sequeira e Diogo da Rocha foram enviados pelo governador de Ternate, Jorge de Menezes, para norte, sendo os primeiros europeus a chegar às ilhas Carolinas, atribuindo-lhe a designação de Ilhas de Sequeira. Em 1526, este mesmo governador, comerciante e navegador, ancorava na ilha Waigeo, sendo o primeiro europeu a visitar a Papua Nova Guiné, ilha do Oceano Pacífico, ao Norte da Austrália. Quando os portugueses chegaram a esta região contactaram com vários povos e etnias. Parece que, dos primeiros a chegarem a essa região, destacam-se os negritos e os *veddas*. Depois, terão chegado os papua (Nova Guiné), os malaios, chineses e indianos. Com estes últimos, também foram aí introduzidas as religiões hindú e budista. Mais tarde, algumas comunidades converteram-se ao islamismo. De destacar que a ilha Samatra era habitada por vários povos, tais como, malaios, javaneses, indianos, chineses, entre outros, vivendo da colheita de especiarias, especialmente pimenta, que aí nasciam de forma espontânea, e a cortar e comercializar madeiras preciosas. Outros, dedicavam-se à extracção de ouro nas minas ou ao comércio marítimo. Esta foi uma das muitas conquistas efectuadas pelos portugueses no Oriente, mas muitas outras não passaram de projecto oficial ou do sonho de aventureiros. Alguns destes serviram reis locais. Em certos combates havia portugueses dos dois lados da contenda. E, apesar de não ser consensual, há vários historiadores, como por exemplo o australiano Kenneth McIntyre, que, baseados nestas viagens, defendem terem sido os portugueses a descobrir a Austrália ao explorarem o Pacífico. Em Java instalaram-se povos das várias ilhas do Pacífico, assim como indianos, chineses e malaios. Sunda a oeste, é

HISTORIOGRAPHY

uma zona montanhosa e produtora de pimenta, com povos de religião hindú; Java, a leste, mais plana e alagadiça, produtora de arroz, predominando a religião muçulmana, devido à influência dos comerciantes *guzerates* e *bengalis*, que frequentavam os seus portos para aí adquirirem arroz. Temos, depois, a ilha de Bornéu, com uma população autóctone de origem austronésia, que acreditava nas forças da natureza e praticava o canibalismo em rituais religiosos. Mas, também aqui se sucederam vagas de invasões de malaios, indianos, *guzerates*, persas e chineses. Havia minas de ouro e de diamantes e florestas equatoriais com madeiras preciosas, por exemplo cânfora. No mar obtinham-se pérolas. No arquipélago de Banda a população estava distribuída em várias tribos, governadas pelo *Orang Kaya* (Conselho de anciãos), praticando a religião muçulmana, por influência dos comerciantes do exterior, que aí iam fazer comércio, especialmente de noz-moscada e maçã. O arquipélago das Molucas compreendia as ilhas de Ternate, Tisara, Maquiem, Motir e Bacham, onde havia muito cravo. Veneravam as forças da Natureza, mas, por influência dos comerciantes muçulmanos, foram-se convertendo ao islamismo. Nas ilhas Celebes, viviam povos asiáticos organizados em reinos independentes, dos quais, o mais importante, era o de Macassar. Também acreditavam nas forças da Natureza, dedicavam-se à agricultura e à criação de gado e as suas principais riquezas eram arroz, cera, mel e carapaças de tartaruga. No arquipélago de Solora a população autóctone era do mesmo tipo dos naturais da Austrália, Papua e Malásia, tendo-se misturado com as sucessivas vagas de malaios, javaneses, indianos, chineses e outras, que foram chegando às ilhas de Timor, Flores (ou Larantuca), Alor, Pantar, Ademara, Lomblém, Ende, Roti, Savu, Sumba e Solor. A sua principal riqueza era o sândalo, cujas árvores cortavam e vendiam aos comerciantes estrangeiros. No caso de Timor, as populações eram monoteístas acreditando num só deus, a quem chamavam Maromac — Brillhante. Não havia cerimónias religiosas dedicadas a Maromac, mas

os rituais apenas se destinavam a prestar homenagem aos espíritos dos antepassados e a certos objectos considerados mágicos (os lúlic). Não havia templos, mas somente cabanas especiais para guardar os lúlic. Os hindus e os muçulmanos tentaram convertê-los às suas religiões, mas sem resultado, ao contrário do cristianismo que foi bem recebido em certas zonas. No Camboja viviam povos do grupo Mon-Khmer, formando um reino a que os chineses chamavam Funan, reino da montanha. Mas nem toda a região era montanhosa, pois a Sul estendia-se uma região plana, irrigada pelo Rio Mekong e seus afluentes. Comerciam metais preciosos, tais como prata e ouro, bem como pérolas e seda. Porém, a sua principal riqueza era o arroz, que cultivavam nas montanhas e nas margens dos rios Brassak e Mekong. Neste reino floresceu uma importante civilização cujo centro era a cidade de Angkor, que tinha templos magníficos de que hoje ainda se podem admirar as ruínas e outros vestígios, com sistemas de irrigação muito avançados e até sinais de excelente planeamento urbano. Praticavam o budismo e o hinduísmo, mas, após anos de co-habitação pacífica destas duas religiões, ocorreram lutas religiosas e, em consequência, os reis de Angkor mandaram destruir os templos budistas. Cerca de 100 anos antes da chegada dos portugueses, Angkor sofreu uma invasão de povos Thai, que tomaram conta da cidade e mudaram o nome para Sukhotai. Os Thais continuaram as perseguições aos budistas, que acabaram por se revoltar e impuseram uma nova dinastia, agora budista, mas a paz não voltou e a corte mudou-se para Phnom-Penh, uma cidade perto do mar. As lutas continuaram e a capital acabou por ser transferida para a cidade de Lovek, onde o rei recebeu o primeiro missionário português, Frei Gaspar da Cruz, dominicano, em 1555–1556. Quando os portugueses iniciaram os contactos com o Vietname este ainda não se encontrava unificado. Era constituído por Anam, Champa, Cochinchina e Tonquim. Anam, ou An Nam, com capital em Hué, era habitado pelos anamitas, povo semi-nómada no sopé das montanhas

HISTORIOGRAFIA

de Anam. Tonquim fica na parte Norte do Vietname, a Sul das províncias de Yunnan e Guanxi, na China. Fica localizado no Delta do Rio Vermelho, sendo rico em arroz. No reino de Champa (central), do séc. VII a XII viveu um povo, cuja língua era malaio-polinésia. Teve influências da civilização indiana e budista, praticando, por isso, as religiões hinduísta e budista, embora esta última tenha acabado por se impor como religião oficial. Tinha madeira de aloés, elefantes e marfim, praticando o comércio e a pirataria. Na Cochinchina, região Sul do actual Vietname, a leste do Camboja, habitava o povo *viet*, que por várias vezes, esteve integrado na China. A actividade principal era a agricultura, praticando pouco comércio, embora possuísse ouro, prata, sedas, porcelanas e madeira de aloés, e porque ficava no Delta do Rio Mekong era muito rico em arroz. Em 1535, António de Faria partiu de Da Nang, onde os portugueses tinham chegado em 1516, na então chamada Cochinchina, tendo estabelecido um entreposto comercial na cidade de Faifo, a 20 km da actual Da Nang.

A Primeira Viagem de Circum-navegação foi comandada por Fernão de Magalhães, um português de origem fidalga, nascido, cerca de 1480, na Vila de Sabrosa, no Norte de Portugal. Ainda rapaz foi pagem da Rainha D. Leonor, esposa de D. João II. Em 1505 viajou na frota que levou para a Índia o primeiro vice-rei, D. Francisco de Almeida, tendo lá permanecido oito anos. Nesse período, participou em várias batalhas, nomeadamente em Cananor, no ano de 1506, onde foi ferido em combate, e em Diu em 1509. Há notícia de também ter estado em Quíloa, Cochim e Goa. Em 1509 integrou a embaixada portuguesa a Malaca, encabeçada por Diogo Lopes de Sequeira. Nessa empresa Magalhães acabou por ter um papel fundamental ao avisar Sequeira da conspiração de que tinham sido alvo e ao salvar o seu amigo Francisco Serrão de ficar preso em terra, como haveriam de ficar outros dezanove portugueses. Mais tarde, em 1511, sob o comando de Afonso de Albuquerque tomou parte na conquista de Malaca. O referido Francisco Serrão



A nau *São Miguel* da frota de Fernão de Magalhães. Portugal, Torre do Tombo, SNI, Arq. Fotográfico, n.º 10296.

HISTORIOGRAPHY

acabou por ficar em Malaca, tendo-se deslocado para as Molucas, onde casou e ficou ao serviço do sultão de Ternate. Já nessa situação manteve correspondência com o seu amigo Magalhães, dando-lhe preciosas informações sobre as Molucas. Por seu lado, Fernão de Magalhães regressou a Portugal em 1513, tendo, no ano seguinte, estado no Norte de África, em Azamor, onde, em 1514, foi ferido em combate e se terá metido em negócios de contrabando com os mouros, pelo que perdeu credibilidade, tendo D. Manuel I recusado o aumento da tença que lhe tinha sido concedida, assim como o pedido de financiamento de uma expedição destinada a descobrir um novo caminho para as ilhas Molucas. Nos tempos seguintes, Magalhães propôs a Carlos I, rei de Espanha e futuro imperador Carlos V, realizar a descoberta de uma rota marítima que, seguindo sempre por Ocidente, encontrasse uma ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico, para que movimentando-se maioritariamente em zonas de jurisdição espanhola pudesse alcançar as Molucas e as Filipinas. No ano de 1519 Magalhães iniciou a viagem, descobrindo os territórios que viriam a ser a Argentina e o Chile, bem como uma ligação entre os dois oceanos através do estreito, posteriormente baptizado com o seu nome. E, ao encontrar-se navegando, nessa altura, nas bonançosas águas do outro oceano, Magalhães baptizou-o de Pacífico. O seu objectivo principal não era tanto o de realizar a primeira viagem de circum-navegação, mas sim o definir, com a melhor correcção possível, por onde passava o anti-meridiano de Tordesilhas e concluir que as Molucas ficavam na zona de influência espanhola. Essas ilhas eram uma importante fonte do cravo e de outras especiarias, e eram disputadas por Portugal e por Espanha. Fernão de Magalhães acabou por morrer em combate em Mactan (Cebu), nas Filipinas, no dia 27 de Abril de 1521, tendo a partir desse evento o comando da expedição sido assumido por Sebastião del Cano, que regressou a Espanha navegando pelo Ocidente. A expedição regressou com apenas um dos cinco navios e, somente, com 18 homens. Por isso mesmo,

Sebastian del Cano evitou os portos e fortalezas ocupados pelos portugueses, até San Lúcar, Espanha, onde, por fim, conseguiu regressar. Em Santiago, Cabo Verde, contaram uma história falsa sobre quem eram e o que faziam e, mais tarde, os portugueses apresaram a Trinidad, o barco que Magalhães comandara. A questão veio a ser resolvida por negociações diplomáticas, donde saiu o Tratado de Saragoça, de 22 de Abril de 1529, concluído oito anos depois da morte de Magalhães. Como curiosidade, anote-se que Magalhães não foi o primeiro ocidental a alcançar o Pacífico. Esse feito cabe a Vasco Nunes de Balboa, um explorador espanhol, que no ano de 1513 atravessou o istmo do Panamá. Os espanhóis já conheciam a existência deste oceano, porque tinham atravessado a América Central, por terra, mas chamavam-lhe Mares do Sul. Fernão de Magalhães deu-lhe este nome, Pacífico⁹, porque teve a sorte de fazer a travessia deste oceano num período calmo, quando, na verdade, o Pacífico é o mais tempestuoso dos oceanos.

As Molucas (**A Questão das Molucas**) foram visitadas apenas por dois navios, da frota de Fernão de Magalhães. Sebastião del Cano aportou a Tidore, onde encheu os navios de cravo, deixando alguns homens nessa ilha com o objectivo de ali erguerem uma fortaleza para proteger os comerciantes espanhóis e regressou a Castela pela Rota do Cabo da Boa Esperança. Finalmente, em 6 de Setembro de 1521, a viagem de Magalhães concluiu-se e, a partir daí, a questão de determinar se as Molucas ficavam na zona de influência portuguesa ou espanhola agudizou-se. Em 1522, D. João III enviou uma armada para as Molucas, comandada por António de Brito, que tinha como missão impedir o comércio espanhol naquela zona. Assim, os castelhanos que aí tinham ficado foram presos. Depois, com o apoio das autoridades da ilha, construiu uma fortaleza em Ternate, a que deu o nome de Fortaleza de S. João, devido ao facto de as obras terem começado no dia 24 de Junho, dia de S. João. Na Península Ibérica, D. João III e Carlos V travaram negociações para resolver o diferendo. Cada um nomeou uma comissão constituída

HISTORIOGRAFIA

por três astrónomos, três pilotos e três matemáticos e cartógrafos, que se reuniram em Badajoz e Elvas, entre 1524 e 1529, para acordarem na determinação do anti-meridiano de Tordesilhas. Mas não chegaram a acordo e, em consequência, cada uma das comissões atribuiu as ilhas ao respectivo país. A disputa durou sete anos e só foi resolvida pelo Tratado de Saragoça. Portugal acabou por aceitar que as ilhas do cravo (Molucas) se situavam na área de jurisdição espanhola. O Tratado de Saragoça, assinado em 22 de Abril de 1529, representou o último passo num processo de delimitação de esferas de influência no palco ultramarino, levado a cabo pelos dois reinos ibéricos.

Este processo de divisão do nosso Planeta em duas zonas de influência, que se iniciara com a assinatura do Tratado de Alcáçovas em 1479, foi continuado com a assinatura do Tratado de Tordesilhas. Resolvendo a disputa sobre o arquipélago de Maluco a favor da coroa portuguesa, o Tratado de Saragoça significou igualmente a demarcação de um anti-meridiano, oposto ao semi-meridiano de Tordesilhas, que marcou a extensão das zonas de influência no Oriente. Espanha tinha consciência da sua incapacidade para explorar economicamente as Molucas, tendo por isso vendido os seus direitos a Portugal pelo alto preço de 350.000 cruzados em ouro, ficando Portugal com o direito de manter o comércio de especiarias com as Molucas. A expedição de Fernão de Magalhães agravou a Questão das Molucas entre Portugal e Castela, mas, mais importante, foi a primeira viagem de circum-navegação, provando que era possível a volta ao mundo sem nunca voltar para trás, o que provava a teoria da esfericidade da terra. Tanto os navios oficiais como os particulares utilizavam duas rotas, entre Malaca e as Molucas, sendo uma mais longa, quase 11 meses, com paragens em Java, Banda, Amboino, que dava bons lucros; depois, outra rota, mais curta, que contornava o Bornéu, pelo norte, e demorava apenas cerca de 40 dias, embora desse menos lucros, pelo que era utilizada somente em caso de urgências relacionadas com guerra ou necessidade absoluta de notícias.

As Filipinas foram pela primeira vez referidas por um europeu, Tomé Pires, no livro *Suma Oriental*, escrito

em Malaca e na Índia, de 1512 a 1515, onde este autor escreveu sobre os *luções* que iam comerciar a Malaca. E também foram portugueses os primeiros cartógrafos das Filipinas, julgando-se que o primeiro mapa europeu deste arquipélago é da autoria de Francisco Rodrigues, que o elaborou em Macau cerca de 1513, baseado em informações de pilotos malaios e/ou chineses. Há ainda o Livro de Marinharia de João de Lisboa¹⁰ (1560), que foi usado pelos espanhóis.

O achamento do Arquipélago de S. Lázaro, nome dado por Magalhães às Filipinas, veio agravar, ainda mais, as relações entre Portugal e Espanha. Existem, em Cebu e Mactan, monumentos alusivos à passagem de Magalhães e sua morte às mãos do chefe Lapu-Lapu e seus homens. A cidade de Cebu, capital da ilha do mesmo nome, fica situada no arquipélago das Visaias, 578 km ao sul de Manila, sendo a cidade mais antiga das Filipinas. Ali existem a Cruz de Magalhães e o *Santo Niño* de Cebu. Em 1521, Magalhães colocou uma cruz de madeira no sítio onde os primeiros habitantes foram baptizados. O *Santo Niño* foi oferecido por Magalhães à mulher do Sultão Humabon, que reinava em Cebu, a qual se converteu ao catolicismo e passou a chamar-se Dona Juana.

Ainda antes da chegada de Magalhães às Filipinas, já os portugueses, idos de Malaca, se haviam instalado em Ternate e Tidore e nas Ilhas Molucas, onde tinham um rico comércio de especiarias e de madeira.

Em 1542, a expedição de Ruy Lopez de Villalobos, de 6 navios e 200 homens, partiu do México e atingiu Mindanao. Foi Villalobos quem baptizou a ilha de Leite, e outras, em honra de Filipe II de Espanha, como Ilhas Filipinas. Depois de falhar a colonização de Mindanao, rumou para as Molucas, onde os portugueses o receberam mal, pois a presença da armada espanhola contrariava o Tratado de Saragoça. Villalobos faleceu em 1516, na ilha de Amboina, Molucas, sob domínio dos portugueses desde 1511, tendo sido assistido por S. Francisco Xavier.

Desembarcando em Cebu, em Abril de 1565, o *Adelantado* Miguel Lopez de Legazpi evitou o confronto com os portugueses já instalados nas Molucas. Em 1568, o Capitão-mor Gonçalo Pereira, ao comando de dez

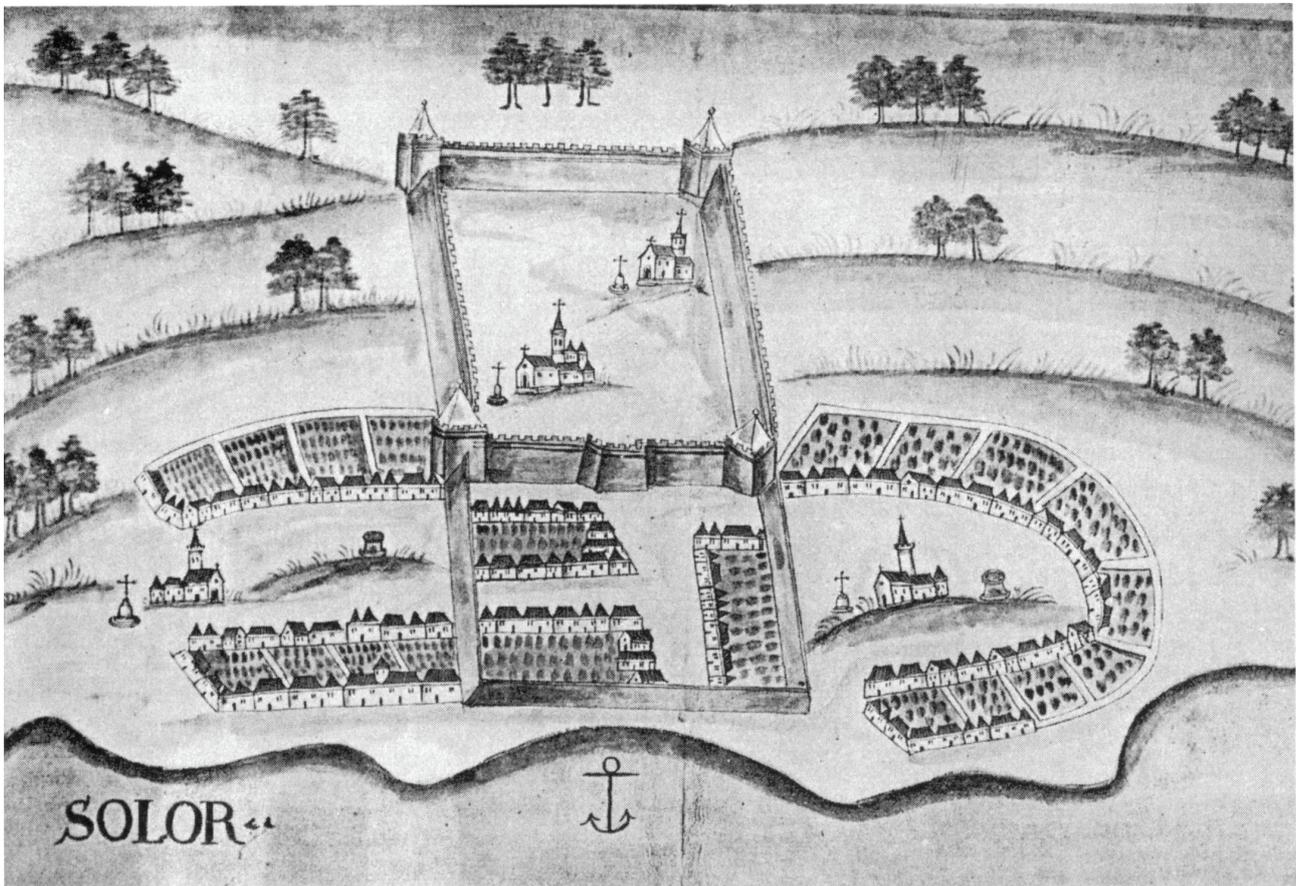
HISTORIOGRAPHY

navios, veio colocar-se em frente do estabelecimento defensivo de Legazpi, então, ainda, feito de *trincheiras de terra batida*, cercando-o e propondo-lhe o repatriamento caso se rendessem à boa paz, mas Legazpi *recusou cortezmente*. E Gonçalo Pereira, durante três meses, tentou fazer render os espanhóis pela fome. Em 1570, os portugueses, novamente, tentaram expulsar os espanhóis das Ilhas de São Lázaro. Legazpi prudentemente saiu de Cebu para Panay. Alargou-se o domínio espanhol a Leite, Mindoro e à ilha de Luzón, onde Manila foi proclamada como capital, por Legazpi, em 24 de Junho de 1571.

O padre Gregório Gonzalez, numa carta-relatório enviada a D. Juan de Borja, refere-se à Ilha de Luzón, dizendo que é uma ilha muito grande, com muitas baías e bons portos e acrescenta que *é uma ilha muito rica, com muitos mantimentos e produtos, isto é, cera, cobre, mel,*

tartaruga e muito ouro. Fala, depois, da sua *gente branca* e da boa situação geográfica *entre a China e Japão e o Reino de Bornéu*. Nestes tempos já Macau tinha o monopólio do comércio com o Japão e os mercadores e jesuítas portugueses de Macau pretendiam afastar Manila, quer do lucrativo comércio com a China e o Japão, quer da evangelização dos seus povos.

A China, por seu lado, também se opunha a qualquer comunicação entre Macau e Manila. Mas, à medida que Manila ia crescendo o comércio directo com a China e a missionação daquele Império eram duas fortes ambições que iriam ser postas em prática, tanto mais que era tradicional a ida de mercadores chineses a Luzón e a outras ilhas de onde traziam muito dinheiro, em prata e ouro, e em consequência disso logo subiria o preço das fazendas em Cantão e em Macau.



Fortaleza de Solor, 1639. Matos, Artur Teodoro de, em "Timor Português. 1515-1769 Contribuição Para a Sua História" (1974).

HISTORIOGRAFIA

A Insulíndia passou a ser alvo das atenções dos portugueses a partir da sua instalação em Malaca, no ano de 1511, devido à curiosidade de saber quais as fontes de algumas das mercadorias mais valiosas que por aí transitavam, como o cravo e o sândalo, sendo até então carregadas principalmente por javaneses, *macaçares*, malaios, persas e *guzerates*. Obtida a informação de que o cravo era originário das Molucas e o sândalo das ilhas de Sunda, então passou a ser para aí que os portugueses vão dirigir-se em busca desses produtos, os quais adquiridos directamente aos produtores iriam gerar maiores lucros. Com os comerciantes, ou após estes, seguiram os missionários, principalmente dominicanos e jesuítas, para prestarem assistência aos portugueses e evangelizarem os povos nativos.

Quando os portugueses chegaram à Insulíndia encontraram mercadores de várias proveniências, nomeadamente hindus, muçulmanos de vários países, chineses, javaneses, birmaneses e siameses, todos já inseridos neste comércio regional. E mais tarde surgiram holandeses, espanhóis e ingleses. Os holandeses vão instalar em Java (actual Indonésia) a sede dos seus interesses militares, políticos e económicos no Oriente.

Além do cravo ou cravinho há muitas outras especiarias, constituídas por diversas partes de certas plantas, como raízes, flores, inflorescências, folhas, caules, sementes ou frutos. Entre as especiarias transaccionadas nessa época citam-se as variedades de pimenta, a maçã, a noz-moscada e o gengibre.

O sândalo, branco e amarelo de entre as cerca de 19 variedades conhecidas, é uma árvore de que se extraia um material lenhoso muito procurado em todos os países asiáticos, particularmente na Índia e na China. O material lenhoso do sândalo era pulverizado e ao pó assim obtido juntavam-se outros materiais como óleos e perfumes, fabricando-se produtos como pomadas, perfumes e pivetes, utilizados para fins cerimoniais ou medicinais. O sândalo era proveniente das ilhas do arquipélago de Sunda, especialmente de Timor, existindo também em menor quantidade nas ilhas de Sumba, Roti, Samatra, Bornéu, Celebes e até em Java. O comércio do sândalo passou a ser monopólio da Coroa,

que por vezes o concessionava a quem julgasse conveniente, e outras vezes reservava para sua directa exploração a designada *Viagem de Solor e Timor*, que se traduzia no envio de embarcações armadas a expensas da própria Coroa. Posteriormente esta *Viagem*, converteu-se em apanágio do capitão de Malaca, podendo explorá-la directamente ou concessionar a mercadores ou casados portugueses residentes em Malaca ou em Macau, que assim podiam fazer uso dos seus navios e negociar por sua conta e risco com produtos adquiridos em Solor e em Timor.

Solor é uma pequena ilha vulcânica, com cerca de 222 km², próxima da ilha das Flores, e a noroeste de Timor, integrada num arquipélago com o mesmo nome de Solor, e do qual fazem parte as ilhas já referidas e outras, como, por exemplo, Roti, Adonara, Soemba, Lomblém e Pantar. Com um bom porto natural, clima relativamente ameno, pouco povoada, com uma população pouco belicosa, ao contrário dos timorenses, Solor, em contrapartida, tinha escassa produção agrícola devido à aridez dos terrenos, estando dividida em quatro reinos convertidos ao islamismo, tendo um deles acabado por apoiar os portugueses e se cristianizar.

Considerando todas estas vantagens e desvantagens os mercadores que iam a Timor comprar sândalo e outros produtos locais, nomeadamente os comerciantes chineses, instalavam-se nesta ilha, tendo-a escolhido como ponto de apoio das suas actividades mercantis. Uma vez chegados a Timor os portugueses limitaram-se a adoptar as soluções já antes experimentadas pelos comerciantes que os antecederam. E, assim, Solor passou a ser o local onde os portugueses aguardavam o fim das monções e o aparecimento de condições favoráveis à navegação para regresso das naus a Malaca, e posteriormente a Macau, afinal seu destino principal.

Com o decorrer do tempo instalaram-se nestas paragens do referido arquipélago, nomeadamente em Solor, alguns portugueses lançados ou desertores, fugidos à justiça e às leis, ou simplesmente aventureiros, que aí se fixaram por volta do ano de 1520, assumindo o papel de intermediários entre produtores e mercadores do sândalo. Este papel era indispensável, porque entre as zonas de produção, dispersas e situadas sobretudo no interior, e os

HISTORIOGRAPHY

lugares de embarque, na costa marítima e por vezes pouco abrigados, havia um longo e penoso caminho a percorrer, para o qual era necessário tempo de que os tripulantes dos navios não dispunham.

As primeiras informações que os portugueses tiveram sobre Timor obtiveram-nas em Malaca, pouco depois da conquista de Albuquerque efectuada em 1511. E os primeiros contactos dos portugueses com Timor ocorreram em 1515, quando no seguimento das rotas já então bem estabelecidas procuravam comprar sândalo e outros produtos como âmbar cinzento, mel e cera, deslocando-se para isso às ilhas de Sunda. Todas estas mercadorias provinham do interior das ilhas e por isso os mercadores que aí chegavam ao litoral, tinham de aguardar a oportunidade e a vez de os produtos lhes chegarem e com eles poderem carregar seus navios. Acresce que a costa timorense não tinha muitos portos adequados e as condições de estadia também não eram as melhores, pela insalubridade e pouca segurança desses locais, o que os levou à escolha de Solor, como ponto de apoio, nas condições atrás referidas.

As primeiras referências a Timor constam num mapa desenhado pelo piloto Francisco Rodrigues. Tomé Pires na sua obra *Suma Oriental* escreveu que *dizem os mercadores malaaios que Deus criou Timor de sândalos e Banda de maçãs, e as Molucas de cravo e que no mundo não é sabida outra parte em que estas mercadorias haja.*

Em 1562, o dominicano Frei António da Cruz fundou um convento em Solor, e por razões de segurança mandou construir uma tranqueira à volta do edifício conventual, o que possibilitou uma defesa eficaz dos cristãos, quando foram atacados por javaneses em 1564, tendo, logo em seguida, Frei António determinado a substituição da paliçada por uma fortaleza de pedra, segundo um traçado que ele mesmo elaborou. A fortaleza era comandada por um capitão-mor designado pelos dominicanos e que, mais tarde passou a carecer da confirmação dos governos de Goa ou de Lisboa. Esta fortaleza foi a terceira a ser construída, pelos portugueses, na Insulíndia, tendo sido a primeira em Malaca e a segunda nas Molucas.

A partir de Solor os dominicanos alargaram as suas actividades missionárias às ilhas de Adonara, Ende e Flores e em 1597 instalaram, em Solor, um seminário que leccionou o ensino secundário a cerca de 50 alunos originários dessas ilhas. Os cristãos de Larantuca, na ilha das Flores, desempenharam um papel muito importante na cristianização de Timor.

Quando os portugueses chegaram a Timor, os timorenses eram animistas, acreditando por isso que certos animais ou coisas eram habitadas por espíritos dotados de excepcionais poderes, praticando também o culto dos antepassados. Em honra das coisas sagradas, chamadas *lúlic*, e em veneração ao espírito dos mortos celebravam cerimónias sacrificiais, os *estilos*. E, facto muito importante, é que já eram monoteístas, uma vez que acreditavam em *Maromac*, o Deus único, mas distante e pouco definido, ao qual parece não prestarem qualquer culto especial. Estas circunstâncias facilitaram o início da cristianização no séc. XVI.

Considera-se o ano de 1515 como o do início da evangelização de Timor, tendo-se já verificado 500 anos de cristianização. Foi em 1556 que o dominicano Frei António Taveira obteve a primeira conversão ao cristianismo de um rei local e de cerca de cinco mil dos seus súbditos. Nesse ano os dominicanos desembarcaram em Timor e estabeleceram um povoado em Lifau de Oecusse, actualmente um enclave em território indonésio com o estatuto de Região Administrativa Especial da República Democrática de Timor-Leste.

Em conclusão, podemos afirmar que Fernão de Magalhães foi, ou melhor, é um dos portugueses no Mundo com mais relevantes feitos em prol do avanço da Humanidade rumo a um melhor conhecimento de si própria. Idolatrado por uns e desfeitoado por outros até ao limite da traição ao seu rei e à sua Pátria, a verdade é que o serviço por ele prestado é hoje objectivamente reconhecido como notável e importante para o mundo e, especialmente, para os reinos ibéricos que ele serviu juntamente com outros portugueses, como o covilhanense Rui Faleiro. Prova desse reconhecimento são as comemorações em curso promovidas pelos dois Estados Ibéricos.

HISTORIOGRAFIA

Se a folha de serviços de Magalhães regista a sua presença empenhada e esforçada na Europa, África, Ásia e Oceânia, de facto onde mais brilha a sua estrela é no Pacífico, sua glória e túmulo, após o sacrifício da sua vida nas Filipinas, quiçá auto-imolação, segundo alguns, porventura desgostoso com o ruir da convicção de que as Molucas e outros territórios dessa zona ficavam fora da jurisdição dos soberanos de Castela,

facto que lhe foi secretamente confirmado pelo geógrafo que acompanhava a sua expedição.

Por outro lado, e por último, releva-se o facto de a obra de Magalhães só ser o que foi porque amparada e enquadrada por muitos portugueses dele contemporâneos, como o seu amigo Francisco Serrão, radicado em Ternate, no Pacífico, que o municiou com informações relevantes para os seus propósitos. **RC**

NOTAS

- 1 Insulíndia foi o nome que os portugueses deram aos milhares de ilhas existentes para lá de Malaca, isto é, o imenso arquipélago que vai do Oceano Índico ao Oceano Pacífico.
- 2 *Xabandar*: shahbandar, palavra malaia de origem persa (de shah, rei e bandar, porto), significando capitão do porto.
- 3 *Turuk*: equivalente a almoxarife, agente ou corrector.
- 4 *Bendara*: primeiro ministro ou vizir, vem do malaio bendahara, título do mais alto dignatário de um sultanato abaixo do herdeiro presuntivo do trono, provavelmente do sânscrito bhândâgârîka, tesoureiro.
- 5 *Laxemana*: termo para designar o almirante que era o comandante da frota.
- 6 *Timungão*: em malaio, temmenggong, era um dos principais ministros dos sultões malaios, de quem dependiam a polícia, as prisões e as alfândegas.
- 7 *Quelins*: do malaio Keling ou Kling, que tanto é o nome do país como do seu habitante, do sânscrito Kalinga (antigo reino da Índia, correspondendo ao estado de Orissa); nome dado aos naturais da Costa de Choromânde, derivando de Cholomandala, ou seja, região (mandala) dos Cholas, mais tarde, o Coromandel.
- 8 *Peitaca*: secção ou divisão, câmara de uma embarcação, em Malaca.
- 9 Se Fernão de Magalhães foi sem dúvida quem deu o nome ao oceano que a partir daí ficou conhecido por Pacífico,

conforme registado por António Pigafetta, o italiano que acompanhou toda a viagem de circum-navegação e escreveu o respectivo diário de bordo, a verdade é que não foi o primeiro europeu a navegar entre o Atlântico no Pacífico. A maioria dos historiadores atribui esse feito a Vasco Nunes de Balboa que, depois de atravessar o istmo do Panamá, alcançou Puenta Buena Vista, já na costa ocidental do continente americano, em 25 de Setembro de 1513. Mas a verdade é que, com base em estudos do mapa mundo conhecido por Mapa Waldseemuller, mapa desenhado pelo alemão Martin Waldseemuller em 1507, e no qual uma boa parte da costa americana do Pacífico e algum relevo, como os Andes, aparecem desenhados com algum rigor, suscitam muitas dúvidas sobre a descoberta de Balboa. E começam a surgir teses, embora ainda insuficientemente fundamentadas, de que a descoberta de uma comunicação entre Atlântico e Pacífico deve ter sido realizada por uma expedição marítima secreta ordenada pelo rei de Portugal D. Manuel I, no ano de 1500. Um dos defensores desta tese é Peter Dickson que a apresentou no Congresso norte americano, onde se encontra exposto um exemplar do referido mapa.

- 10 De notar que este *Livro de Marinbaria* e as viagens de reconhecimento de Mesquita Perestrelo são um bom exemplo da conjugação dos conhecimentos adquiridos nas viagens com a representação cartográfica, neste caso, dos pontos de apoio à Carreira da Índia.

BIBLIOGRAFIA

- Bergreen, Laurence. *Fernão de Magalhães: para além do fim do Mundo, a extraordinária viagem de Circum-navegação* (trad. Inês de Castro). Lisboa: Bertrand Editora, 2005.
- Boxer, Charles Ralph. *Portuguese Conquest and Commerce in Southeast Asia, 1500–1750*. London, Variorum Reprints, 1985.
- Caetano, Alberto. *Descobrimto das Filipinas pelo navegador português Fernão de Magalhães*. Lisboa: Emp. do Oriente, 1988.

- Pinto, Paulo Jorge de Sousa. *Portugueses e Malaios — Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém, (1575–1619)*, Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1997.
- Subrahmanyam Sanjai. *O Império Asiático Português, 1500–1700, Uma História Política e Económica*, Lisboa: Difel, 1977.
- Thomaz, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

